



“Parecer sobre o Relatório de Segurança de Barragens” (out14-set15)

**Grupo de Trabalho para
Avaliar o Relatório de Segurança De Barragem - 2015
Coordenação:**

Ministério de Minas Energia

Gilson Machado Da Luz

MME

**Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte
do Brasil S/A**

gilson.luz@eletronorte.gov.br

Jussara Cabral Cruz

**Associação Brasileira de Recursos
Hídricos**

jussara.diretoria@abrh.org.br

Resolução CNRH 144/2012

RSB deverá compreender o período entre
1º de outubro do ano anterior e
30 de setembro do ano de referência
do relatório.
(out14-set15)

A **ANA** é responsável pela
coordenação da elaboração do
Relatório de Segurança de Barragens
e os órgãos fiscalizadores
responsáveis pelas informações a
serem enviadas.

- A **ANA** deverá encaminhar o
Relatório de Segurança de Barragens
ao CNRH

- cabendo ao **CNRH**, anualmente,
apreciar o Relatório de Segurança de
Barragens, bem como encaminhá-lo ao
Congresso Nacional

Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL:

Grupo de Trabalho com o objetivo de
analisar o relatório elaborado pela ANA
e propor as recomendações para a
melhoria da segurança de barragens.

Relatório de Segurança de Barragens deverá conter Resolução CNRH 144/2012

informações

- I - os cadastros de barragens mantidos pelos órgãos fiscalizadores;
- II - a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens;
- III - a relação das barragens que apresentem categoria de risco alto;

atualizadas

- IV - as principais ações para melhoria da segurança de barragem implementadas pelos empreendedores;
- V - a descrição dos principais acidentes e incidentes durante o período de competência do relatório, bem como análise por parte dos empreendedores e o respectivo órgão fiscalizador sobre as causas, consequências e medidas adotadas;

sobre:

- VI - a relação dos órgãos fiscalizadores que remeteram informações para a Agência Nacional de Águas-ANA com a síntese das informações enviadas;
- VII - os recursos dos orçamentos fiscais da União e dos Estados previstos e aplicados durante o período de competência do relatório em ações para a segurança de barragens.

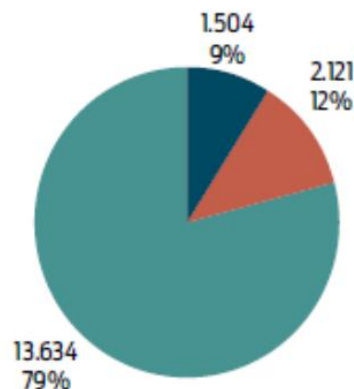
Situação das barragens no Brasil e implementação da Lei

RELATÓRIO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS 2015



ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

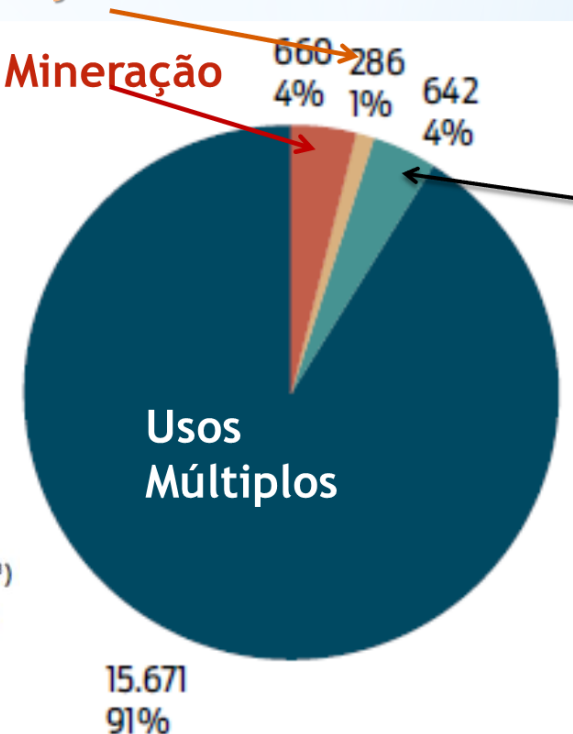
17.259
barragens



Sem Informação
Pequenas ($h < 15$ m ou $V > 3$ hm³)
Grandes ($h > 15$ m ou $V > 3$ hm³)

Rejeitos industriais

Mineração



Energia

Enquadramento na lei

altura do maciço - maior
ou igual a 15m

capacidade total do
reservatório maior ou
igual a 3.000.000m³

reservatório que
contenha resíduos
perigosos conforme
normas técnicas
aplicáveis

categoria de dano
potencial associado,
médio ou alto, em
termos econômicos,
sociais, ambientais ou de
perda de vidas humanas



Altura - Volume

**17.259
barragens**

Sem informação

- altura=79%
- Volume=45%

Mineração 660:

- 1% sem inf
- 75% pequenas

Acumulação 15.671:

- 49% sem inf
- 47% vol < 3hm³

Res Ind 286

- 3% sem inf
- 84% pequenas

Energia 642:

- 10% sem inf
- 27% pequenas

Dano Pot - Risco

Passivo:

- 10% tem alguma classificação

Mineração 660:

- DP: 660
- CR: 660

ResInd 286

- DP: 8
- CR: 8

Classificadas:

- 2224 Dano Potencial
- 2368 Cat. Risco

Acumulação 15.671:

- DP: 978
- CR: 1124

Energia 642:

- DP: 578
- CR: 576

439 barragens possuem PAE

82% não se tem informação sobre o tipo de material de construção

Fiscalizadores

43
Fiscalizadores:

- 3 Não responderam

13 tem equipe
porém sem setor
com atribuição
em SB

33 NÃO possuem
regulamentação

13 não tem
equipe que
trabalha com
segurança de
barragens

14 com equipe
atribuição em SB

7 possuem
regulamentação

Empreendedores

329 barragens
tiveram Revisão
Periódica de
Segurança

empreendedores
cadastrados e
conhecidos é
5.413

185
empreendedores
relataram:

- -realização de
recuperação

ou

6.055 (20%)
barragens não
apresentam
informações de
empreendedor.

Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA

O Relatório
cumpre
integralmente a
Resolução CNRH
no 144/2012 e

- se constitui num **avanço para o tema Segurança de Barragens**, pois informa com transparência a situação das barragens no Brasil e as fragilidades do sistema.
- **Permite identificação de** necessidades, de ações e de subsídios para priorização das ações no seguimento da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O relatório também realiza uma análise de todas as informações cadastradas, as consolidando e elaborando recomendações que contemplam a quase totalidade das considerações colocadas neste parecer.

Recomendação do RSB: 6. O CNRH desenvolva estratégia para reforçar o seu papel de zelar pela implementação da PNSB;

criado, na última reunião da CTAP/CNRH em 20 de abril:

grupo de trabalho
para revisar as

- resoluções 143 e 144
- com a finalidade de ->

verificar se as mesmas atendem as necessidades observadas

- no RSB
- no “Encarte Especial sobre a Bacia do Rio Doce” do Conjuntura 2015
- bem como dos desdobramentos do acidente de Mariana
- verificar se há necessidade de alguma alteração ou normatização adicional.

é pertinente também que se paute a discussão, em nível do CNRH, das propostas legislativas em andamento no Congresso Nacional.

Ressalta-se, portanto, a necessidade de que o GT criado venha de fato a se instalar.

Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA

- determinar critérios e normas para tratar de **barragens órfãs** ->

- atribuir a algum ente do sistema a responsabilidade por essas barragens, pelo risco de acidentes com consequências graves.
- É necessário estabelecer uma regulação;

- priorizar a mobilização, treinamento e capacitação de empreendedores e órgãos fiscalizadores;

- estabelecer a pactuação de metas para serem cumpridas pelos empreendedores e órgãos fiscalizadores;

Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA

- estipular uma padronização mínima de informações entre as entidades fiscalizadoras;

- implementar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

- ampliar a divulgação dos manuais destinados a empreendedores e fiscalizadores elaborados pela ANA;

- agilizar as ações para que as previsões orçamentárias anuais alocadas pelos empreendedores públicos sejam totalmente empenhadas e executadas.

Obrigada